



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**PROCURADORIA JURÍDICA DE SCHROEDER/SC**

**PARECER Nº 005/2025 - PROJUR**

*Parecer referente ao recurso administrativo interposto pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA, no Processo de Licitação nº 181/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 55/2024-PMS. Contratação nº 902232024.*

**1. SÍNTESE DOS FATOS**

O Consulente do Setor de Licitações, através do despacho nº. 35 do Processo Administrativo nº 438/2024, solicita análise do recurso interposto pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA e contrarrazões apresentada pela empresa J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA, no Processo de Licitação nº 181/2024-PMS, Modalidade Pregão Eletrônico nº 55/2024-PMS. Contratação nº 902232024.

Constitui objeto da presente licitação a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços terceirizados de forma contínua de cozinheiro(a), a serem executados nas unidades escolares municipais.

A empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA apresentou recurso requerendo a desclassificação da proposta comercial apresentada pela empresa recorrida alegando que a planilha de formação de preço apresentada pela recorrida consta salário proporcional contrariando a CCT.

Ademais, a recorrente requer a inabilitação da empresa recorrida alegando que a mesma apresentou incompleto e irregular o balanço patrimonial e apresentou “atestado de contratação de limpeza por dia, não sendo característico com objeto do certame”.

Em suas contrarrazões a recorrida pugna pela manutenção da decisão do Agente de Contratações a qual a declarou vencedora do certame.

É o breve relatório.

**2. DO PARECER**

Inicialmente convém destacarmos que as normas que regulamentam os processos licitatórios devem ser interpretadas de maneira que propiciem a ampliação da disputa, desde que não comprometam a isonomia e a finalidade do certame, o que possibilitará a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração.

**2.1 Da apresentação do balanço patrimonial**

A recorrente alega que a recorrida na demonstração de qualificação econômica  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201- C. P. 01- CEP: 89275-000 – SCHROEDER-SC - Fone/Fax: (47) 3374-6500 -  
prefeitura@schroeder.sc.gov.br – www.schroeder.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

financeira apresentou DRE apócrifos e sem registro no órgão competente e não apresentou as notas explicativas, as Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC).

Dito isto, imperioso analisarmos os itens do edital que solicitam a documentação em relação a qualificação econômica financeira, vejamos:

7.3.2. Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial (devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da Licitante);

7.3.2.1. Para comprovação da letra "7.3.2", as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

7.3.2.2. Não serão aceitos balancetes não registrados.

7.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, com a apresentação do termo de abertura, devidamente registrado.

7.3.4. Os índices financeiros apresentados no balanço patrimonial deverão ser maiores do que 1, exceto o de endividamento que deverá ser menor que 1. Caso os índices não sejam apresentados, ou os valores diferentes do solicitado, o patrimônio líquido deverá corresponder à 10% do valor da contratação.

Da análise dos itens do edital denota-se que foi solicitado as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais com abertura e fechamento dos livros e registros referente ao balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da licitante, não fazendo nenhuma menção a necessidade de apresentação de notas explicativas, Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC).

Desta forma, não contida no edital tal exigência não pode a recorrida ser inabilitada por não apresentar as notas explicativas, Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC).

Nesse sentido temos o entendimento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, *in verbis*:

MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 135/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA DE VIGILÂNCIA ORGÂNICA – DESARMADA E ARMADA. VENCEDORAS AS EMPRESAS SEGPLUS SISTEMAS DE SEGURANÇA EIRELI (LOTES 1, 3 E 4), MASTER VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA. (LOTES 2 E 5) E ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA. (LOTES 6 E 7). IMPETRAÇÃO PROMOVIDA APÓS A ADJUDICAÇÃO DO OBJETO E ASSINATURA DOS CONTRATOS. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO AFASTA O INTERESSE PROCESSUAL. PRELIMINAR RECHAÇADA.

"A jurisprudência do STJ tem se esposado do entendimento de que é possível apreciar a legalidade de tais processos administrativos, mesmo que tenha havido o transcurso de fases de julgamento, homologação e até de



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

adjudicação. No caso de licitações públicas, seria possível a impetração, mesmo que tivesse havido o ajuste contratual e, até, a execução da obra ou serviço ou, ainda, o fornecimento do bem. [...] Raciocinar de forma diversa seria excluir fatos administrativos da apreciação judicial, o que não coadunaria com a melhor hermenêutica do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal" (STJ, MS 12.892/DF, rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, j. 26-2-2014).

**MÉRITO. RECURSO ADMINISTRATIVO MANEJADO PELA ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA EM DESFAVOR DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS SEGPLUS E MASTER VIGILÂNCIA NO CERTAME. DESPROVIMENTO. CNPJ DA EMPRESA SEGPLUS, REFERIDO NOS LOTES QUE VENCEU, QUE É O DE SUA MATRIZ, E NÃO O DE SUA FILIAL. CUMPRIMENTO DO ITEM 10.6 DO EDITAL. PROPOSTA DE PREÇOS DA EMPRESA SEGPLUS. PROXIMIDADE ENTRE OS VALORES SUGERIDOS PELOS TRÊS LICITANTES QUANTO AOS LOTES 1, 3 E 4. INDICATIVO DE QUE NÃO SE TRATA DE PREÇOS INEXEQUÍVEIS. ADEQUAÇÃO DE ASPECTOS SEM ALTERAÇÃO DO VALOR GLOBAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. FALTA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA DA CONDIÇÃO DA MASTER COMO "EMPRESA DE GRANDE PORTE" PARA OS FINS LEGAIS. **DESNECESSIDADE DE QUE O BALANÇO PATRIMONIAL VENHA ACOMPANHADO DE "NOTAS EXPLICATIVAS". VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADA. DENEGACÃO DA ORDEM.****

(TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5039977-36.2021.8.24.0000, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Jorge Luiz de Borba, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-01-2022).

Ainda,

**MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO LICITATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTO CONSIDERADA INDEVIDA. RECONSIDERAÇÃO ADMINISTRATIVA. PERDA DE OBJETO NO PONTO. **ALEGADA INOBSERVÂNCIA QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA INABILITAÇÃO DE ENTIDADE CONCORRENTE POR INVOCADA IRREGULARIDADE NA PUBLICAÇÃO DE SUAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM NOTAS EXPLICATIVAS. FALTA DE EXIGÊNCIA EDITALÍCIA A RESPEITO. DESCABIMENTO. ORDEM DENEGADA.****

I. Tendo havido, por parte do órgão público licitante, reconsideração quanto a documento exigido, dada a insurgência da parte impetrante, tal matéria prescinde de apreciação na via judicial, pois restou prejudicada por superveniente perda de objeto. II. Não se desnuda factível concluir que a qualificação técnica deixou de ser considerada pelo edital, eis que nele está expressamente referida. III. **"Em não havendo disposição no edital acerca da obrigatoriedade de apresentação de notas exemplificativas a fim de comprovar o balanço patrimonial, a manutenção da impetrante no certame é medida que se impõe, pois 'o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666'**

(MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542)". (TJSC - Reexame Necessário n. 0300995-26.2015.8.24.0080, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 17.5.2016). (TJSC, Mandado de Segurança n. 0305028-31.2018.8.24.0023, da Capital, rel. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 28-05-2019).

Após análise dos demonstrativos contábeis apresentados pela recorrida, observou-se que os mesmos foram registrados na junta comercial conforme podemos observar no print realizado do documento apresentado, vejamos:



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,  
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 28/11/2024 21:31 SOB N°  
20248903160.  
PROTOCOLO: 248903160 DE 28/11/2024. NIRE: 41211048422.  
J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO  
CURITIBA, 28/11/2024  
empresafacil.pr.gov.br

Bem como, foram assinados digitalmente, conforme página 15 e página 18.

Desta forma, nesse ponto o recurso administrativo não merece prosperar.

## **2.2. Do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela recorrida**

A recorrente alega ainda que “a empresa recorrida apresentou atestado de contratação de **limpeza por dia**, não sendo característico com objeto do certame”.

Vejamos a exigência contida no edital de licitações em relação a apresentação de atestado de capacidade técnica, *in verbis*:

7.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) **ter executado os serviços de execução semelhante ao objeto da licitação**.

7.4.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. (grifo nosso).

Cabe ressaltar, que o atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida se refere a serviço de limpeza e copeiragem, os quais possuem semelhança ao objeto da presente licitação, atendendo assim ao disposto no item 7.4.1 do edital de licitação.

Desta forma, nesse ponto o recurso administrativo não merece prosperar.

## **2.3. Da apresentação de planilha de custos com salário proporcional**

A recorrente requer a desclassificação da proposta comercial apresentada pela recorrida alegando que a mesma contrariou a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada para a composição da planilha de custos, visto que, apresentou salário proporcional.

Cabe ressaltar que a planilha de composição de custos foi analisada pelo setor de contabilidade deste município que em relação ao salário informou que:

1 – O total da remuneração informado na planilha é de R\$ 1.446,65, porém, conforme previsto na Cláusula Terceira – Piso Salarial da CCT SC000140/2024, o salário normativo da Categoria Profissional de Cozinheiro é de R\$ 1.591,32, como pode ser consultado no site: <https://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?nrSolic>



Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

itacao=MR00 3945/2024 A diferença refere-se a carga horária, uma vez que, a CCT prevê 220 horas mensais, ou seja, 44 horas semanais, já a planilha de custos prevê 40 horas semanais, ou seja 200 horas mensais. Portanto, o salário informado, após feito o cálculo da proporcionalidade da carga horária, condiz com o previsto na CCT.

Contudo, cabe ressaltar que a Convenção Coletiva de Trabalho utilizada pela recorrida no parágrafo sétimo da página 4, traz que:

Parágrafo sétimo: A remuneração paga pelas empresas deverá ser calculada com base na jornada de segunda a sábado, independentemente da jornada laborada.

Desta forma, considerando que a recorrida apresentou salário proporcional conforme relatado pelo setor de contabilidade a mesma contrariou o parágrafo sétimo supramencionado.

Sendo assim, em obediência ao princípio da legalidade, da vinculação ao edital, da igualdade, bem como os demais princípios correlatos, sugere-se pela desclassificação da proposta comercial apresentada pela empresa **J V S NOGUEIRA EMPREENDIMENTOS LTDA**, no presente processo licitatório.

Desta forma, sugere-se pelo conhecimento do recurso interposto pela empresa **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA** e no mérito pelo seu parcial deferimento.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta procuradoria **SUGERE** pelo **CONHECIMENTO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, e no **MÉRITO**, pelo seu parcial **DEFERIMENTO**.

É o parecer.

Schroeder (SC), 24 de janeiro de 2025.

**DIEGO AUGUSTO BAYER**

Procurador Municipal  
OAB/SC n.º 28.822

**SUZANA PEREIRA LOPES**

Assessora Jurídica  
OAB/SC n.º 60.105